

Para economista, reclassificação de créditos é inócua

A ameaça de reclassificação dos créditos brasileiros pelo governo dos Estados Unidos não significa muito para o Brasil e nem mesmo para os bancos credores. A opinião é do economista Paulo Nogueira Batista Jr., chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Segundo o economista, a reclassificação dos créditos brasileiros pelo Icer — órgão intergovernamental norte-americano para avaliação de riscos financeiros — não poderia causar dificuldades maiores do que as já existentes para o Brasil no mercado financeiro internacional. E, do ponto de vista dos bancos, só poderia afetar aqueles que não formaram reservas destinadas a cobrir eventuais prejuízos com a dívida brasileira, o que a maioria já fez.

Para o técnico da FGV, a rigor não houve nenhuma “mudança de tática” brasileira para a nova etapa das negociações, iniciada ontem. “O compromisso de buscar um acordo com o Fundo Monetário Internacional já constava do documento escrito em novembro por ocasião do acerto provisório”, disse o economista, que considerou a ameaça da reclassificação dos créditos como a única novidade.

Paulo Nogueira disse ainda que não vê mudanças na posição do governo, de não realizar nenhum acordo global antes de acertar com os bancos o refinanciamento de parte dos juros em 1988. “Mas as pressões são muitas”, admitiu. Para o economista, essas pressões dos bancos credores e a própria ameaça de reclassificação da dívida buscam apoio no telex de 11 de novembro, em que o então assessor especial para a negociação da dívida, Fernão Bracher, afirmou aos credores: “O Brasil está comprometido a expandir a sua cooperação com agências governamentais e instituições multilaterais juntamente com a comunidade financeira internacional. Esse esforço cooperativo dará respaldo para que o Brasil mantenha em dia os pagamentos de juros a partir de 1º de janeiro de 1988”.

Segundo o economista, “a posição mais correta é a do governo brasileiro, que não aceita essa interpretação e defende o refinanciamento parcial dos juros devidos este ano como condição prévia para um acordo”.